



RESENHA

COELHO, Humberto Schubert. História da liberdade religiosa: da reforma ao iluminismo. Petrópolis, RJ: Vozes Acadêmica: IHPV – Instituto Homero Pinto Vallada, 2022. 344 p. ISBN 978-65-5713-382-8.

*Luis Jorge Lira Neto**

É marcante na humanidade o sentido de fé e religião, principalmente na atualidade. A transcendência humana e os impactos desse fenômeno na coletividade são elementos transformadores na cultura, exigindo da disciplina de ciência da religião estudos situados nessa temática. Fé e razão, esse binômio dialético que tantas tensões causa, formou debates em diversas correntes de pensamento teológico, filosófico e científico, definidores da Era Moderna. Situar esses elementos, suas interrelações e seus protagonistas, é o que objetiva essa obra. Analisando do ponto de vista histórico, no período da Reforma ao Iluminismo, ela evidencia as discussões metafísicas e científicas em regiões geopolíticas do Ocidente, as consequências na liberdade de pensar dos indivíduos e a construção de narrativas que provocaram a separação artificial entre ciência e religião.

O autor Humberto Schubert Coelho é doutor e mestre em ciência da religião e graduado em filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), exerce a atividade de professor de filosofia moderna do departamento de filosofia, é codiretor do Núcleo de Pesquisa em Saúde e Espiritualidade e membro titular da Academia Brasileira de Filosofia. Enfoca métodos e problemas de filosofia da religião, bem como a relação de fronteira entre filosofia e teologia.

O livro está organizado em seis capítulos, subdivididos em 39 partes, além da introdução e do epílogo. A temática gira em torno da história da liberdade religiosa no período da Reforma ao Iluminismo, um recorte temporal que abrange do fim do século XV ao século XVIII, retroagindo ao século XIII para contextualizar o assunto, apresentando as raízes medievais e renascentistas da luta pela liberdade sob o aspecto religioso. O leitor irá se deparar com uma narrativa intensa sobre a interpretação histórica da evolução da liberdade religiosa; compreender a complexa relação entre as diversas linhas de pensamento teológico e filosófico que marcaram épocas e seus protagonistas: cientistas, intelectuais, místicos e gênios da humanidade, alguns esquecidos, outros reduzidos, mas com voz nessa obra. O autor amplia a discussão envolvendo outras regiões esquecidas do mundo ocidental, fazendo correlações entre as distintas épocas, lugares e interpretações da Reforma e do Iluminismo, e apresenta uma história inacabada da humanidade ambientada no seu sentido religioso.

* Doutorando em Ciências da Religião (UNICAP, Recife-PE). Membro titular do IAHGP (Recife-PE). ORCID: luis.lira.al@gmail.com – contato: luis.lira.al@gmail.com

O primeiro capítulo contextualiza as raízes medievais e renascentistas da luta pela liberdade religiosa. Apresenta as três vertentes de pensamento que inspiraram a cultura ocidental: o criticismo de Platão, o realismo científico de Aristóteles e o fideísmo bíblico. O autor inicia sua análise pelos “críticos gentis” da Igreja: Francisco de Assis e Dante Alighieri. O primeiro, por sua praxe defensiva de exercitar um ser cristão na existência humana, em contraposição ao fausto de seus contemporâneos. Dante Alighieri, por utilizar a poética mística para criticar a prática religiosa de seu tempo. Ambos, devotos da Igreja, mas reformadores por dentro, discordavam da estrutura da Igreja sem ser contra ela. Para os críticos “radicais” da Igreja de Roma, a escolha recaiu sobre John Wycliffe, Jan Huss e Joana D’Arc. Líderes espirituais em seus momentos, o trio se destacou no uso do léxico-discursivo que empolgava os ouvintes em discursos retóricos de estilos acadêmicos, teológicos e místicos, respectivamente.

No segundo capítulo, introduz o período da Reforma e argumenta a impossibilidade de segmentação histórica entre a Idade Média e a Moderna, justificando que Renascença e Reforma têm suas identidades e vínculos nas duas épocas e vivenciaram no mesmo período histórico. Inicia essa fase com Erasmo de Roterdã, intelectual holandês considerado o “pioneiro da Reforma”, um reformista que não rompeu com a Igreja. Prossegue com Martinho Lutero, monge agostiniano protagonista da Reforma, com suas noventa e cinco teses teológicas. Devolve à memória outros tantos reformistas, com o qualificativo de “espiritualistas protestantes”, com suas radicalidades: Karlstadt, Schwenckfeld, Zwinglio, Sebastian Frank e os anabatistas. Relata a importante ação reformista de Calvino e conclui os vultos dessa fase com o monge dominicano Giordano Bruno, para quem o universo era um todo orgânico com Deus. Recorre sobre a disputa, na França, entre os huguenotes e os católicos culminando na sangrenta Noite de São Bartolomeu. Lembra da Contrarreforma ibérica, na ação do cristão espanhol Ignácio de Loyola e os jesuítas. Sintetiza essa época de protestantes, heréticos e sentenciados que geraram os condicionantes para o exercício da tolerância e da liberdade religiosa.

No terceiro capítulo, discorre sobre a relação entre religião e ciência. Contextualiza a segunda metade do século da Reforma com o embate entre as forças de um puritanismo x um pragmatismo político, do choque entre as visões secularizadas e as espirituais da Igreja Católica. Dos expoentes, cita Francis Bacon, um dos maiores pensadores ingleses, criador do método científico e que contribuiu também com a religião; René Descartes e Galileu Galilei, ambos exímios matemáticos, de mente racionalista, fundantes da ciência e da filosofia moderna, respectivamente, que se dedicaram aos assuntos religiosos; Jakob Böhme, considerado o Paracelso do seu século – seu conceito de fé era de aspecto místico, mas de grande alcance filosófico; Jan Amos Comenius e Blaise Pascal; um, reconhecido como criador da pedagogia moderna, o outro, inventor da teoria das probabilidades. Exemplos dos que buscaram uma síntese entre religião e ciência, oferecendo um caminho entre o saber e a fé, com a subordinação de cunho filosófico do primeiro em relação à segunda, isto diametralmente oposto aos pensamentos de Galileu, Descartes, Bacon, Boyle, Espinosa e Locke, que defenderam a separação da ciência e da fé para preservá-las dos disparates mútuos. Expõe o papel decisivo de Baruch Espinosa, que inaugurou o método histórico-crítico de análise da Bíblia e, segundo o autor, foi um dos mais destacados defensores da liberdade religiosa.

O quarto capítulo faz uma reflexão sobre a hipervalorização do surgimento da ciência na era moderna, contrapondo-se à teologia católica na subordinação de todos os conhecimentos. Os movimentos espiritualistas, principalmente evangélicos, tomaram espaço, mas não tão evidentes na virada do século XVII para o XVIII, tidos como eventos isolados e secundários, evidenciados no pietismo e no puritanismo. Apresenta o sistema Leibniz-Wolff como a expressão máxima do Iluminismo alemão, comprometido em provar a existência de Deus e a imortalidade da alma, ao contrário dos iluministas franceses. O autor ressalta personagens tidos como coadjuvantes do Iluminismo francês, a exemplo de Fénelon, Malebranche, Bayle, La Rochefoucauld, Bossuet, La Bruyère e Racine, que, à época, eram reconhecidos ao nível de Pascal, Espinosa, Milton ou Locke. E que foram rebaixados devido ao processo seletivo para simplificar os grandes eventos históricos. A abordagem sobre Isaac Newton ultrapassa o enfoque da carreira de cientista e evidencia sua enorme contribuição aos estudos bíblicos. Esses notáveis do Iluminismo também foram atingidos pela “desconstrução pós-moderna dos grandes gênios”, seletiva em enfatizar apenas suas contribuições à ciência, negando à posteridade seus relevantes trabalhos no campo da religião, forma sofisticada da intolerância religiosa em nome da liberdade do pensamento, assim como ocorreu com o filósofo alemão Leibniz.

No quinto capítulo, demonstra o ápice do Iluminismo com a chamada geração Voltaire, ícone do Iluminismo Francês. Apresenta o modelo Leibniz-Wolff. O filósofo e matemático alemão Christian Wolff representava o Iluminismo alemão antes de Kant; ele estudou e divulgou de tal forma o pensamento de Leibniz que foi reconhecido em conjunto com este no sistema denominado Leibniz-Wolff, considerado “a maior iniciativa filosófica a favor da religião cristã do século XVIII”. A figura central do capítulo é Voltaire, antecessor dos *philosophes*, reconhecidos contestadores franceses. Sua filosofia, apesar de não primar pela originalidade, era eclética e defendia a tolerância, pois via no cristianismo um ambiente de intolerância e de repressão, com raras exceções – Jesus, por exemplo. Inspirou muitos a identificarem a religião mais como um objeto da história, fruto da cultura, do que uma revelação direta infalível. Resume o cristianismo de Voltaire como pessoal, laico e dúbio, com visão de mundo onde o homem, como ser social, “cria e cultiva a religião” e as instituições nada mais são do que representações sociais desta criação. O autor conclui com a percepção de uma mudança geral de mentalidade – a liberdade moderna não fora construída só com tratados filosóficos e teológicos, mas com grandes quantidades de pequenos e diversificados movimentos populares.

No sexto e último capítulo, discorre sobre pensadores inspirados em Voltaire com sua crítica à Igreja e ao Estado, como Denis Diderot, Jacques Rousseau, Jean D’Alembert, o barão Holbach e o próprio Montesquieu, que forneceram argumentos para os que deflagraram a Revolução Francesa em 1789. Começa com Diderot, que se propôs representar, intelectualmente, o saber cultural de seu tempo, publicando a “Enciclopédia” em 17 volumes, como uma síntese do saber humano acumulado até o século XVIII, mas que aprofundou as críticas e a negação da religião. Em contraposição ao Iluminismo desse período, o autor apresenta o filósofo Johan George Hamann, o filósofo judaico Moses Mendelssohn e Hermann S. Reimarus como “pensadores deslocados” que fizeram contribuições originais para o conhecimento religioso. Ao citar o místico sueco Emmanuel Swendenborg, fez jus à face mística profética, mostrada fora do eixo das teorias sociais

e históricas – um intelectual considerado um cientista brilhante. Nesse tempo, houve um florescimento do sistema Leibniz-Wolff, incluindo-se entre os seguidores o filósofo Immanuel Kant, que contribuiu na discussão em torno da “ciência do espírito”. Kant tinha como ponto fulcral a imortalidade da alma e a discutia de maneira puramente filosófica. No Novo Mundo surge outro gênio universal, o polímata Benjamin Franklin, que colaborou na redação da “Declaração da Independência”, eivada dos princípios de liberdade e tolerância. Outro pensador “deslocado” foi o alemão Gotthold Ephraim Lessing, com sua teologia racional como síntese do ideal iluminista da grande crise entre razão e fé. Encerra o capítulo com Jean Jacques Rousseau, quando os tempos não eram favoráveis à religião: controvérsias de ateus, dissidentes, agnósticos e choques culturais no novo mundo, agora globalizado, afetaram em demasia as instituições. Os *philosophes* se apropriaram de narrativas históricas nas disputas ideológicas, criando a contento heróis e vilões do progresso, de forma caricata e distorcida das instituições, principalmente das igrejas e das crenças religiosas. Apresentou uma proposta humanista e ética e propôs uma mudança radical nas condições sociopolíticas. Difere da maioria dos iluministas por entender a filosofia e a religião como independentes entre si. Ficou conhecido pelo seu pensamento político, mas era um filósofo de personalidade marcada pela religiosidade. Vai-se a liberdade e entra o terror. Em 1789, explode na França a drástica e tumultuada Revolução Francesa. O século XVIII, que iniciou com intensos movimentos religiosos na Europa, termina com perseguições e execuções, principalmente, mas não exclusivamente, de católicos, além de decapitação de nobres e clérigos, tudo em nome da liberdade, igualdade e fraternidade.

Numa linguagem precisa e destituída de viés dogmático, o autor discorre como um pensador que pensa uma linha histórica do dilema liberdade religiosa, sem ultrapassar a linha tênue do sectarismo, numa narrativa comedida da história da liberdade estendida à liberdade de pensar o religioso por dentro da religião professada, como contrapeso da comum história dos “reformistas de fora”. Com senso de moderação deu voz aos esquecidos, porque historiar é, necessariamente, também ouvir os vencidos. Vozes que foram suprimidas ou reduzidas pela propaganda materialista, na tentativa de eliminar a natureza espiritual de seus estudos.

Evidenciar autores, hoje anônimos, correlacionar suas contribuições ao campo religioso e, de forma equilibrada, tecer uma narrativa de conflitos, mas de um ponto de vista otimista, é uma das características mais notável no livro de Humberto Schubert. Destaque, também, para a extensa e diversificada referência bibliográfica apresentada.

Texto denso, volume de informações acentuado, requer um conhecimento prévio da história do mundo ocidental. Um livro que instrui e faz refletir sobre a questão dialética entre ciência e religião. O tema liberdade religiosa é de grande importância para compreensão do mundo em que atuamos e vivemos. Essa polarização entre o bem e o mal suplanta a compreensão de fatores decisivos que impedem o estabelecimento de uma cultura de paz e convivência harmônica entre os diferentes.

Submetido em: 02/08/2022

Aprovado em: 23/08/2022

Editor responsável: Silas Guerriero